



A REORGANIZAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO DE 1870 A 1894¹

Giovanni de Lisboa Borges

Kedna Alves da Silva

Márcia Pelá (Orientadora)

Faculdade Alfredo Nasser

Giovannidelisboa@hotmail.com

Kedna_alves23@hotmail.com

RESUMO: Ao longo do processo no Brasil, houve várias reformas na educação, mas uma que ganhou destaque foi a de Leônicio de Carvalho (1879). Decretando livre o ensino primário e secundário no município de toda a corte. A educação era tratada como instrução da mocidade, para o benéfico desenvolvimento físico e moral do homem. Todo esse procedimento pedagógico teve como objetivo resolver o problema da ineficiência do ensino, diante da sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial no final do século XVIII e meados do século XIX, (Saviani, 2013). Com a abolição em 1888, o problema da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, atribuiu-se à educação a tarefa de formar um novo tipo de trabalhador, para evitar eventuais prejuízos aos proprietários de terras e de escravos que dominavam a economia do país. A ideia central entre o período da abolição e a proclamação da República se expressa na emancipação e instrução. Tendo como objetivo transformar a infância abandonada (negros da Lei do Ventre Livre), em trabalhadores úteis, evitando que estes caíssem na 'natural indolência'. E o único meio de conseguir isso era a criação de escolas agrícolas.

PALAVRAS-CHAVE: REFORMA. EDUCAÇÃO. INSTRUÇÃO. TRABALHO.

1 INTRODUÇÃO

Com os grandes desenvolvimentos da indústria europeia nos fins do século XIX, muda toda a base capitalista mundial induzindo ao mercado industrial das grandes potências. O Brasil para acompanhar tal revolução necessitava se modernizar, implicava mudança na sua forma de trabalho exigida da sociedade uma instrumentação para o "novo mundo" gerando a emergência de discussões da criação de escolas para as camadas populares financiada pelo Estado.

Durante o debate sobre a criação da escola para o povo do Brasil vários projetos foram

¹ Esse trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico cursada em 2016-01, 1º período, sob a orientação da Professora Dra. Márcia Pelá.

elaborados porém ficaram limitados por conta do Ato de 1834 que segundo Stephanou (2005, p92) descentralizou o ensino e designou como responsabilidade do governo geral a manutenção da instrução primária e secundária apenas no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império. Dentre tais empecilhos dois projetos tiveram grande relevância, o Decreto N. 7247 de Leôncio de Carvalho (1879) e os Pareceres/Projeto de Rui Barbosa (1882-1883), evidenciava a necessidade de uma reforma educacional imediata, que em 19 de abril de 1879 foi decretada a reforma por Leôncio de Carvalho, porém alguns de seus princípios ficam dependendo da aprovação da Câmara dos deputados, que logo depois passa a ser analisada por uma comissão da Assembléia Legislativa.

Rui Barbosa Participou da comissão encarregada de analisar o Decreto N. 7247 de 1879, e com bases no mesmo decreto elabora seus Pareceres/Projeto que tem início nos fins de 1882 e início de 1883, Tal projeto aborda interesses das classes dominantes os cafeicultores e as tradicionais lavouras (cana, tabaco, algodão) RIBEIRO (1987, p67) chama atenção: Em realidade, Pareceres atendia aos interesses tanto dos setores liberais da camada média, como da facção dominante que participava do processo a burguesia agro-exportadora. Alguns fatores induziram que os pareceres fossem colocado em prática com urgência: criação da Lei do Ventre Livre 1871, negro liberto a partir de 1888 e os grandes incentivos a imigração para garantir a mão de obra, assim nos diz MARX(1867,p123) [...] para fazer dela uma força de trabalho desenvolvida num sentido especial, é preciso certa educação. Tal reforma perpétuo até no início do Brasil republicano no governo de Floriano Peixoto (1891-1894) que abordava a educação no texto constitucional.

Desta maneira completamos que a educação pública brasileira não se encontrava pronta e acabada para as questões sociais para além disso a criação da escola financiada pelo Estado foi uma luta da sociedade brasileira. Neste sentido esse trabalho tem como objetivo de apresentar os fatores sociais, políticos e econômico que induziram a reforma na educação básica impelindo à instrução do trabalho regular, e nos novos níveis educacionais: Educação Infantil, Ensino Fundamental(1º grau) e Ensino médio(2º grau).

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa bibliográfica se enquadra no sentido qualitativo da educação, abrangendo como embasamento teórico: Demerval Saviani, Maria Stephanou e Maria Luisa Santos Ribeiro. Os autores pesquisados nos direcionam para o período a ser estudado e observar os fatores que influenciam na reorganização da instituição

escolar , os planos acadêmicos que segundo Stephanou (2005,p94)[...] ensino da ciência elementar, associado ao sentimento geral de amor à pátria e ao trabalho, reforça a perspectiva de instruir pessoas que fossem úteis para a nação, a falta de mão de obra qualificada para o trabalho na cafeicultura que exigia um certo nível de instrução, deste modo exigia uma mudança nas práticas sociais (mentalidades).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a história do Brasil, houve várias reformas na educação, mas uma que ganhou destaque foi a de Leôncio de Carvalho(1879). Com sua reforma foi decretada livre o ensino primário e secundário no município de toda a corte, e o ensino superior em todo o império, sendo necessário a inspeção para garantir a moralidade e higiene. A educação era tratada como instrução da mocidade, para o benéfico desenvolvimento físico e moral do homem.

Essa reforma, manteve obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 14 anos, a assistência do Estado aos alunos pobres, a organização da escola em dois graus com um currículo semelhante.

Inovando criou jardins da infância para crianças de 3 a 7 anos; caixa escolar; subvenção ao ensino particular, criação de escolas profissionais, entre outras. Todo esse procedimento pedagógico, teve como objetivo resolver o problema da ineficiência do ensino, diante da sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial no final do século XVIII e meados do século XIX (SAVIANI, 2013).

Para o barão de Macahubas(1881), a criação de escolas na forma de externatos, estas serão apenas freqüentados por indivíduos ‘desclassificados’, que buscarão se matricular somente para conseguir diplomas com mais facilidade, e fugir do serviço militar e continuar a viver sem fadiga e trabalho.

Abílio César Borges (1884), pregava um ensino totalmente católico, mas na segunda metade do século XIX, já incorporava elementos do liberalismo, na qual a função era educar um homem, um ente razoável e livre, tornando-o apto para as diversas carreiras sociais.

Com a abolição em 1888, o problema da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, atribui-se á educação a tarefa de formar um novo tipo de trabalhador, para evitar eventuais prejuízos aos proprietários de terras e de escravos que dominavam a economia do país.

A ideia central entre o período da abolição e a proclamação da República se expressa na emancipação e instrução. Tendo como objetivo transformar a infância abandonada (negros da Lei do Ventre Livre), em trabalhadores úteis, evitando que estes caíssem na ‘natural indolência’. E o único meio de conseguir isso era a criação de escolas agrícolas.

Acreditava-se que a libertação dos escravos deveria ser acompanhada da presença da escola para transformar ‘os ingênuos e os homens livres, parasitas da propriedade, em trabalhadores submetidos às regras do capital’.

Muita coisa mudou desde então, o povo passou a ter direito a educação, foram criadas mais escolas públicas, as pessoas entraram nas escolas com uma idade razoável. O país entravam sérios processos de industrialização, com a modernização dos meios de trabalho, seria necessário uma preparação para tornar a população mais apta e capacitada para trabalhar nas indústrias, tudo isso tornou a escola cada vez mais indispensável. Neste âmbito apontamos que:

Deve ser lembrado, mas uma vez que tal modernização da sociedade brasileira era uma exigência de fato, fruto do estágio atingido no processo de mudança da base da sociedade brasileira que de rural-agrícola passa para urbano-comercial. (Santos,1978, p62)

O estágio atingiu do ensino era insuficiente para adequar a sociedade brasileira para o período moderno, que estava rompendo com a perspectiva de uma sociedade escravocrata e passando para trabalhador proletariado (característica da indústria) os procedimentos metodológicos da educação precisava abranger agora os libertos e os filhos dos trabalhadores imigrantes. Saviani(2008) no livro História das Ideias Pedagógicas no Brasil, nos direciona a pensar:

Todo esse procedimento pedagógico, teve como objetivo resolver o problema da ineficiência do ensino, diante da sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial no final do século XVIII e meados do século XIX (SAVIANI,2008, p138)

Desta maneira a reforma na educação teve como princípios atender as demandas da indústria se contrapondo às necessidades da sociedade brasileira o "Congresso Agrícola do Rio de Janeiro 1888 acreditava que a falta de braços qualificados, no Brasil, estava na educação" (STEPHANOU 2005,P94) a abolição dos escravos no mesmo ano era o fator que impulsionava os grandes cafeicultores a ter interesse na instrução do liberto. Constatasse assim que as reformas educacionais no âmbito político envolve um privilégio às classes dominantes assim a educação não conseguiu ter um grande progresso (intelectual) pelas

tendências adotadas.

4 CONCLUSÕES

O desenvolvimento das potências industriais na Europa levou a uma revolução na forma de trabalho do século XIX, o Brasil para se elevar aos níveis do século precisava se modernizar, modificando sua forma de produção o que exigia que sua sociedade civil fosse instruída às novas práticas de produção.

Acreditava que a ausência da mão de obra qualificada se dava na "educação", instruindo o liberto e os filhos dos trabalhadores (imigrantes) poderiam inseri-los no trabalho regular da cafeicultura. O Decreto N. 7247 de Leôncio de Carvalho (1879) que após três anos em vigor e substituída pelos Pareceres/Projeto de Rui Barbosa (1882-1883) que tinha como objetivos mais evidente atender os interesses da indústria (o amor a pátria e ao trabalho).

Esta pesquisa demonstra os interesses por trás da educação brasileira, de maneira que não se conseguiu progredir para atender as necessidades da sociedade das articulações que a classe dominante (burguesia exportadora) utiliza para extinguir os déficits na mão de obra da cafeicultura.

REFERÊNCIAS

STEPHANOU, Maria – **História e memórias da educação no Brasil, século XIX. (2005).**

Editora Vozes.

SAVIANI, Dermeval – **História das Idéias Pedagógicas no Brasil.** Ed Autores

Associados.2013.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos – **História da Educação brasileira, A organização**

escolar. Ed Autores Associados, 1995.

MARX, Karl – **O Capital** (1842). Editora Veneta, 2014.